

Amigas e amigos,

Passados praticamente dois meses desde a primeira reunião, finalmente, no final de janeiro (30/01), foi realizada a segunda reunião do Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte).

Esse longo intervalo parece ter sido fruto da falta de organização e, talvez, de priorização por parte do Ministério de Minas e Energia (MME) e de alguns dos integrantes do Fórum. Devíamos ter tido uma reunião ainda em 18/12, mas ela foi cancelada porque a Secretaria Executiva deixou de enviar os convites para parte dos membros. Depois outra reunião foi agendada para 07/01, mas houve problema com o quórum, por baixa participação e pelo fato de o MME não ter atualizado os dados de vários titulares.

A principal pauta da reunião de janeiro foi a aprovação do Regimento Interno do Fonte. Apesar de um assunto aparentemente simples, a discussão em torno do Regimento já trouxe algumas reflexões.

Ao longo de toda a reunião só foi possível abordar dois pontos do Regimento Interno, um referente ao nome (e escopo) das Câmaras Temáticas (CT) e outro sobre procedimento para destituição dos membros. Essas duas questões tinham em comum o fato de já terem sido propostas previamente à Secretaria Executiva que os descartou sumariamente, por considerar as mudanças “não pertinentes”. Esse posicionamento foi questionado pelos membros do Fonte, que voltaram a apresentar suas sugestões.

O Fonte é organizado em três Câmaras Temáticas, originalmente denominadas:

1. Câmara Temática de Segurança e Resiliência do Sistema Energético;
2. Câmara Temática de Pobreza e Justiça Energética
3. Câmara Temática de Energia Competitiva para uma Economia de Baixo Carbono.

A primeira proposta consistia em incluir “Condições de Trabalho” na CT 1. Essa foi rejeitada, contando 36 votos contrários, 27 a favor e 11 abstenções.

Notícias do Fonte

A segunda sugestão foi renomear a CT 2 como “Justiça Energética, Climática e Ambiental”. Ela foi aprovada pela estreita margem de 33 votos a favor versus 31 contrários (e 10 abstenções).

Por fim, ainda foi sugerido que, na CT 3, a expressão “economia de baixo carbono” fosse substituída por “redução da extração e do uso e superação da dependência de combustíveis fósseis”. A proposta foi massacrada com um placar de 43 x 21 (10 abstenções).

Apesar da discussão de nomes parecer algo simplório, ela já nos permite analisar um pouco a dinâmica do Fonte.

Primeiramente, o comportamento da Secretaria Executiva sugere uma tendência arbitrária ao recusar sumariamente sugestões dos membros sem consulta ao plenário. Em segundo lugar, vemos que o próprio Fonte possui uma conformação conservadora, que talvez, deseje limitar o escopo do Fórum. Por fim, parte significativa dos membros do Fórum parece acreditar ser possível fazer uma transição energética sem abrir mão dos combustíveis fósseis.

Além do debate sobre o Regimento Interno, foi proposta uma moção referente à necessidade do envolvimento do Fonte na discussão do “Mapa do Caminho para a Transição Energética”, encomendada pelo presidente Lula ao MME, Ministério da Fazenda e Ministério de Meio Ambiente. Cabe lembrar que uma das funções do Fonte é avaliar e acompanhar o Plano Nacional de Transição Energética, que ao que se sabe, não tem diálogo com o Mapa do Caminho. A moção, porém, não foi discutida por “falta de tempo”.

Em resumo, o que podemos perceber é que há disputas em diferentes escalas. Por um lado, é necessário garantir que as discussões internas sejam capazes de construir caminhos que, de fato, levem a uma redução da extração de combustíveis fósseis e que essa transição seja justa e inclusiva. Por outro, o próprio Fonte precisa se mostrar capaz de ser um agente relevante na formulação da política energética, e não apenas um legitimador das decisões do MME. Em resumo, ainda há muito trabalho pela frente.

Novas notícias em breve.

Notícias do Fonte é uma iniciativa do projeto **Justiça na Transição Energética**, uma parceria entre o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e o Grupo

Notícias do Fonte

Política Economia Mineração e Sociedade (PoEMAS), que busca promover o debate crítico sobre o modelo energético brasileiro e seus impactos sobre comunidades e territórios.